



## DISTRITO FEDERAL: Empresa se nega a firmar acordo para pagar tíquete a vigilantes



Estamos vivendo uma fase muito grave no Brasil.

Com a chamada reforma trabalhista, a picaretagem se estabeleceu de vez nas relações de trabalho e as empresas comandadas por picaretas dificultam ainda mais a vida dos trabalhadores.

No mês passado, tivemos um problema no repasse do tíquete alimentação dos vigilantes que prestam serviço no Supremo Tribunal Federal.

A partir de um pedido meu, as duas empresas contratadas, Zepin e Esparta, foram convocadas pelo coordenador-geral do STF a encontrarem uma solução em conjunto com o Sindicato dos Vigilantes. A negociação foi bem-sucedida e eles toparam assinar um acordo extrajudicial, válido somente para o Supremo, para voltarem a pagar o benefício aos trabalhadores.

No caso da Esparta, o acordo vale para os vigilantes do STF. Para a Zepin, o acordo vale para todos os seus vigilantes.

Semelhante acordo foi assinado no Ministério Pública do Trabalho com a empresa Visan, que vale para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Acordo assinado, os trabalhadores voltarão a receber o auxílio alimentação.

Também enfrentamos igual situação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Por três vezes, procuramos o corregedor do TJDF, desembargador Humberto Ulhôa, um homem de grande sensibilidade, para entregar uma

proposta semelhante à feita ao STF.

Por sua vez, o desembargador determinou ao diretor-geral do tribunal a resolução do problema. O diretor, então, convocou o dono da Multiserv, senhor Luís Gustavo, para sugerir que fosse adotada a mesma metodologia utilizada no STF, pois, os desembargadores e o presidente do tribunal demonstraram preocupação com o fato dos vigilantes não estarem recebendo o auxílio alimentação.

No entanto, o empresário da Multiserv, que tem se configurado no terror dos vigilantes do Distrito Federal, simplesmente informou que não iria assinar um acordo entre as partes.

Em suma, a culpa dos vigilantes que trabalham no TJDF não estarem recebendo o tíquete alimentação é pura e exclusiva do senhor Luís Gustavo.

Vou propor ao Sindicato dos Vigilantes que proceda uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho para que o empresário seja convocado a prestar esclarecimentos.

Se a suprema corte do país e o Conselho Nacional de Justiça aceitaram realizar um acordo com vistas a pagar um benefício aos trabalhadores, e se o TJDF orienta que seja firmado o mesmo acordo, por que o empresário não o faz?

É a demonstração de que lidamos com um carrasco, que somente quer o mal aos trabalhadores e que se apegua à morosidade do Tribunal Regional do Trabalho do DF em julgar o dissídio coletivo como forma de prejudicar os trabalhadores.

Com isso, esperamos que o TRT da 10ª Região defina o mais rapidamente a data do julgamento do dissídio coletivo.

Fonte: Assessoria Deputado Chico Vigilante (PT)

# PERNAMBUCO: Manhã de Luta e Mobilização



No dia 31 de julho, terça-feira, os vigilantes de Pernambuco fizeram manifestação pelas ruas de Recife, denunciando o descaso dos patrões que se negam em negociar de forma decente e que apenas estão preocupados em implementar a famigerada “deforma trabalhista”, retirando direitos e conquistas dos trabalhadores.

Já são meses de negociação e os vigilantes de Pernambuco enfrentam a campanha salarial mais complicada da história. A mesma coisa acontece com outras categorias. E você sabe por que? Além do desemprego e da redução do número de vagas, a reforma trabalhista retira direitos, enfraquece os sindicatos e deixa todos os trabalhadores na defensiva.

**Apoiando este movimento tivemos a presença de dirigentes da CNTV, do Sindicato dos Vigilantes de Caruaru/PE, do Sindforte/RN, do Sindsegur/RN e do companheiro Iran Marcolino.**

Vigilantes de Verdade, é preciso reagir. É hora de lutar. Unidos e fortes. O SEU FUTURO ESTÁ AMEAÇADO. VENHA PARA ESTA LUTA, ANTES QUE SEJA TARDE.



Dirigentes de outros Estados apoiando a luta dos vigilantes de PE

Fonte: CNTV

# MANIFESTO DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE PERNAMBUCO

## SOU TRABALHADOR VIGILANTE EXIJO RESPEITO!

Os Vigilantes de Pernambuco são donos de uma história muito bonita. Uma história de conquistas por direitos trabalhistas e sociais. Por condições de trabalho mais dignas e melhores salários.

São muitos anos de lutas organizadas pelo Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco. São tantas conquistas que fica difícil lembrar:

- fardamento;
- coletes balísticos;
- risco de vida;
- o reconhecimento profissional;
- a reblindagem dos carros-fortes;
- jornadas 12x36, lei da periculosidade;
- adicional noturno e;
- muitas outras.

Todas arrancadas com mobilizações, marchas, greves, união e luta. Nada veio de graça. Muito pelo contrário. Agora, a categoria sofre ataques dos adversários, que sonham em acabar com essas conquistas.

Reforma Trabalhista – A lei da reforma trabalhista provoca um verdadeiro abalo na vida do trabalhador brasileiro. Ela é condenada pelo movimento sindical, por juízes e procuradores do trabalho, pela OAB e até por ministros do TST. Mas os patrões e os políticos chamam essa reforma de “modernização”. Na verdade, é somente mais lucro para o patrão e prejuízos ao trabalhador. Em apenas seis meses da reforma, aumentou o desemprego e diminuiu em 30% o número de acordos coletivos de trabalho em todo o Brasil. Sabe por que? As empresas estão fazendo de tudo, querendo que os sindicatos incluam cláusulas nas convenções que pioram as condições de trabalho. Por isso, muitos sindicatos estão lutando e não estão fechando as negociações coletivas.

Queda na Justiça – Outro efeito da nova legislação é a queda no número de ações trabalhistas em todo o país. Segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho, foi registrada redução média

de 46% entre dezembro do ano passado e março deste ano.

Isso acontece porque muitas empresas passaram a fazer homologação nas suas instalações. Longe da proteção que o sindicato dá num momento como esse. Sem a assistência sindical, o trabalhador fica mais vulnerável à retirada de direitos.

É contra essa maldita reforma trabalhista que precisamos nos unir. Fortalecer o Sindicato e continuar na luta. Diga NÃO aos boatos Os vigilantes enfrentam ainda com aventureiros. Irresponsáveis pagos pelas empresas para espalhar boatos. Usam e abusam das redes sociais com mentiras. As chamadas “fake news” ou notícias falsas. Servem para confundir a categoria e tentar enfraquecer o Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco. O mesmo objetivo dos patrões. Não aceitem que esses inimigos da categoria espalhem essas mentiras. Todas as informações são dadas pelo SINDESV/PE.

## **VIGILANTE UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!**

– Ser vigilante é profissão desafiadora. Enfrenta perigo, stress, tensão diária. Tudo isso acaba atingindo o bem-estar de cada profissional e da sua família. É para defender esse bem estar, seus direitos e suas conquistas, defender a dignidade de cada Vigilante de Pernambuco que o SINDESV convoca a categoria para essa participar de mais esta luta.

Fonte: SINDESV/PE

# SECRETÁRIA DAS MULHERES DA CNTV VISITA POSTOS DE SERVIÇO



**Secretaria de Mulheres da CNTV/PS, Maura Alves de Miranda Feitosa**, juntamente com o companheiro Elton Jhon, diretor do SINDESV-DF, deram início ontem, dia 01, a uma série de

visitas de base, priorizando conhecer os anseios e problemas enfrentados pelas vigilantes femininas em seus postos de serviço. Nestes encontros será possível esclarecer dúvidas a respeito de plano de saúde, dissídio coletivo e outros questionamentos que elas julgarem importante.

É de grande importância a visita de um representante da categoria nas bases, onde o trabalhador se sente amparado, seguro de seus direitos.

Fonte: Maura Alves de Miranda Feitosa, Secretária de Mulheres CNTV/PS e Diretora do Sindesv-DF

## ESPIRITO SANTO: Ministério Público do Trabalho ordena empresa regularizar pagamento de benefícios



O Sindseg-GV/ES, participou nesta terça-feira (31), de audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a empresa Acácia, que está inadimplente com o Plano de Saúde e o não pagamento do ticket alimentação dos

funcionários do setor administrativo.

O Ministério Público do trabalho ordenou a empresa a regularização dos pagamentos até o dia 22 de agosto de 2018. Além disso, o MPT solicitou a apresentação de justificativa para o não pagamento do ticket alimentação aos funcionários do setor administrativo.

O Sindseg-GV/ES já tinha enviado uma notificação extrajudicial para a empresa Acácia, na semana passada, e vai tomar as medidas judiciais cabíveis para resguardar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa Acácia, no que se refere ao ticket alimentação dos funcionários do setor administrativo.

Fonte: SINDSEG-GV/ES

# Sindicatos resistem, mas patrões tentam impor reforma de Temer nas negociações

Tempo de almoço, homologação fora do sindicato e pagamento das horas gastas entre a casa e o trabalho têm aparecido nas mesas de negociação.

Apesar dos retrocessos, em 78% das convenções há ganhos reais



A reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) avançou sobre as negociações coletivas finalizadas em janeiro e fevereiro deste ano. Embora em 78% dos acordos negociados os sindicatos tenham garantido ganhos reais acima da inflação, as cláusulas sociais foram atacadas pelo empresariado que começa a colocar em prática a nova legislação trabalhista, mostra o levantamento feito pelo Dieese no Sistema de Acompanhamento das Informações Sindicais (Sais).

Do total de 113 acordos coletivos fechados, foram identificadas 237 cláusulas relacionadas à reforma trabalhista. Direitos antes garantidos, como intervalo intrajornada, local de homologação da rescisão, custeio sindical, banco de horas e horas in itinere, estão cada vez mais presentes na mesa de negociação e, na maioria dos casos, isso significa fim ou redução de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

É o caso do intervalo intrajornada, o tema mais presente nas negociações (11,4%). Todas as cláusulas relacionadas ao assunto tratam da redução do tempo que o trabalhador tem disponível para refeição ou descanso no decorrer da jornada de trabalho, que

geralmente dura uma hora.

No caso das horas in itinere, que garantia ao trabalhador e à trabalhadora receber pelo tempo gasto no deslocamento casa-trabalho em locais de difícil acesso, sem alternativa de transporte público, como no caso do trabalho rural, a maioria das cláusulas prevê o fim desse direito. O tema esteve presente em 7,6% dos instrumentos coletivos analisados pelo Dieese.

Nos acordos sobre banco de horas, parte das cláusulas autoriza a realização de acordos individuais com duração de até seis meses, conforme prevê a nova lei, e outra parte condiciona o banco de horas à negociação coletiva com o sindicato.

Já no caso do local da homologação das rescisões de contrato de trabalho e custeio sindical, os sindicatos estão conseguindo impedir que o retrocesso promovido pela reforma trabalhista seja ainda maior. Nas cláusulas sobre homologações, a maioria dos acordos garante que a conferência das verbas e demais acertos sejam feitos nos sindicatos.

No caso do custeio sindical, a maior parte das cláusulas exige a autorização do trabalhador para efetivar o desconto da contribuição pela empresa, assim como defende a CUT.

Para o Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, o levantamento mostra que o empresariado está levando para a mesa de negociação a reforma trabalhista e forçando os sindicatos a lutarem para impedir a retirada de direitos.

“Apesar da resistência da luta sindical para barrar a nova legislação, como nos casos de homologação sem a participação do sindicato, é possível perceber que os empresários estão levando para a negociação propostas de

retrocessos que em anos anteriores não eram discutidas”, diz.

“Eles criam novas regras permitidas pela reforma e isso faz com que os sindicatos tenham de focar a luta na garantia de direitos que estão sendo rebaixados e não em avanços, como ocorria antes da reforma de Temer”, completa.



O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirma que é preciso dar um basta aos retrocessos promovidos pelo ilegítimo Temer e convoca a classe trabalhadora para participar das mobilizações do Dia do Basta, em 10 de agosto, quando haverá paralisações, atrasos de turnos e atos nos locais de trabalho e nas praças públicas de grande circulação de todo o País.

“Vamos dizer basta de desemprego, de retirada de direitos, de reforma trabalhista, de privatizações, de aumento no preço dos combustíveis e na conta de luz, entre tantas maldades deste governo golpista”, diz Vagner.

“Somente com o povo mobilizado nas ruas será possível reverter esse quadro, fazer com que o país comece a sair da crise e que os trabalhadores voltem a ter direitos garantidos.”

#### Reajustes com ganhos reais

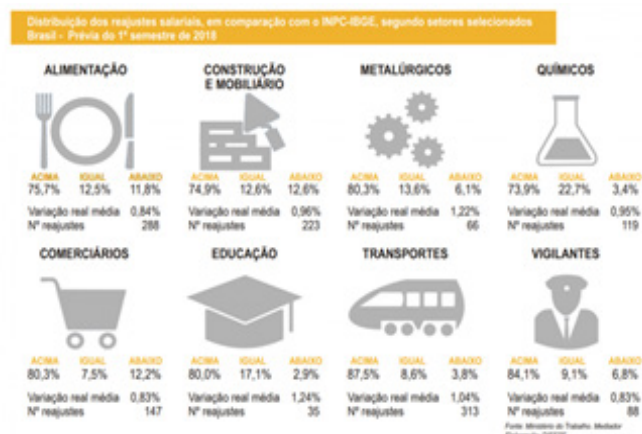
Apesar das dificuldades encontradas nas mesas de negociação após a aprovação da reforma trabalhista, os sindicatos seguem na luta e têm conseguido garantir aumentos reais.

No primeiro semestre de 2018, 78,8% dos reajustes salariais tiveram ganhos reais, 11,6% conseguiram a recomposição da inflação do período e 9,5% ficaram abaixo da inflação.

Segundo o Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, apesar de não ser um dos

desempenhos mais altos do último período – o melhor foi em 2012, com 93,3% –, é um resultado favorável e mostra a luta do movimento sindical para garantir reajustes mesmo diante da longa recessão econômica.

“O resultado também é favorecido pela inflação baixa do período. Porém, o destaque principal é que a luta dos sindicatos tem garantido não apenas a resistência contra a reforma trabalhista, mas também aumento real”.



### Demissão por comum acordo

Criada pela reforma trabalhista, a demissão por comum acordo entre o patrão e o trabalhador tem aumentado no País, segundo o levantamento do Dieese.

Desde a aprovação da nova legislação, em novembro do ano passado, são 82.984 acordos em que o trabalhador não tem direito ao seguro-desemprego, recebe metade do aviso-prévio (em caso de indenização), e apenas 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de só conseguir acessar até 80% do FGTS.

Em dezembro, um mês após a mudança na lei, foram fechados 6.288 acordos deste tipo. Em junho de 2018, último dado disponível, os acordos dessa modalidade somaram 13.236. As ocupações mais sujeitas a esse tipo de acordo, em que o negociado prevalece aos direitos históricos garantidos pela lei, foram vendedores, escriturários, trabalhadores de manutenção, VIGILANTES, garçons, motoristas de veículos, porteiros, alimentadores de linhas de produção e recepcionistas.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br  
 cntv@terra.com.br  
 (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
 Térreo, lojas 09-11  
 73300-000 Brasília-DF